



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150595 - SC (2021/0226353-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : PATRICK PELLENS (PRESO)
ADVOGADO : ANTONIO MARCOS GUERRA - SC028922
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PATRICK PELLENS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5025147-65.2021.8.24.0000/SC).

O recorrente foi condenado à pena de 5 anos e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 2º, *caput*, c/c o § 3º, da Lei n. 12.850/13 e 171, *caput*, do Código Penal, por 5 vezes, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Sustenta que a custódia careceria de contemporaneidade, pois a sentença condenatória teria reconhecido a sua participação nos fatos criminosos somente até outubro de 2019.

Afirma que o julgamento do *writ* pela Corte de origem seria nulo, em razão de não ter analisado os pedidos do recorrente.

Aduz que estaria comprovado nos autos que pertence ao grupo de risco da COVID-19, pugnando pela concessão de prisão domiciliar.

Requer, liminarmente, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, pois faz parte do grupo de risco da COVID-19.

No mérito, pretende o reconhecimento da nulidade do acórdão do TJSC que não conheceu do *habeas corpus* lá impetrado e seja revogada a prisão preventiva, ainda que com imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, **não conheço** do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência